

REFLEXÕES ACERCA DA DUALIDADE DOS DISCURSOS SOBRE A BARRAGEM DE IRAPÉ – MINAS GERAIS

Victoria Pinho e Godinho¹, Mácia Larissa dos Santos Gomes²; Andréa Maria Narciso Rocha de Paula³; Ana Paula GlinfskoiThé⁴

RESUMO: A Usina Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek, conhecida como barragem de Irapé, fica localizada no município de Grão Mogol na região norte de Minas Gerais. É um empreendimento pertencente à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e apresentava no seu discurso a possibilidade de um desenvolvimento que ocasionasse uma melhoria de vida da população local e desenvolvimento para a região. Contudo, várias famílias que tinham seus modos de vida e trabalho ligados ao rio e a terra, que viviam na área de construção da barragem, travaram uma luta para impedir a sua construção e a expropriação territorial. Fica explicitado que esse progresso prometido pelo empreendimento não traria apenas benefícios. Compreende-se também que um processo de desapropriação não se dá de uma forma, justa, igualitária e livre, ele implica inúmeras perdas e nesse episódio ele também trouxe uma consciência e um movimento das famílias que foram atingidas. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a dualidade dos discursos, um que propaga o progresso e se apresenta como um projeto preocupado com o meio ambiente e o social, e outro que mostra a luta e resistência das populações que foram deslocadas e reassentadas em um novo local diferente do antigo território. Concluímos que a reflexão acerca da instalação e das transformações ocasionadas tem muito a corroborar para o entendimento de que a modernização, mesmo que com um discurso/projeto que vise o desenvolvimento social, cultural, ambiental ainda assim tem priorizado o desenvolvimento econômico, e na sociedade atual, com o acirramento das questões ambientais e com a compressão de que os recursos ambientais são finitos, essa ótica é insustentável, portanto, devemos almejar por uma sociedade que maximize a igualdade e a equidade e que alargue o controle dos homens sobre sua própria vida.

Palavras-Chave: Barragem de Irapé; Conflitos Ambientais; Reassentamentos; Resistência; Reconstrução

¹Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social Stricto Sensu da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Graduada em Serviço Social pela mesma Universidade. E-mail: victoria.godinho@hotmail.com

²Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social Stricto Sensu da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Graduada em Zootecnia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: macialarissa@hotmail.com

³ Doutora em Geografia pelo PPGEIO-IG-UFU e atualmente é professora da Universidade Estadual de Montes Claros no Departamento de Ciências Sociais, no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da mesma Universidade.

⁴Doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Montes Claros no Departamento de Geo-Ciências, no curso de licenciatura em Geografia e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da mesma Universidade.

1. INTRODUÇÃO

A Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek, conhecida como UHE Irapé fica localizada no Rio Jequitinhonha, no município de Grão Mogol. Tem potência instalada de 399MW, é a barragem mais alta do Brasil e a segunda maior da América Latina, com 208 metros.



Figura 1 - Barragem de Irapé. Fonte: CEMIG (2000).

É um empreendimento pertencente à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e tinha como finalidade a expansão do sistema nacional de geração e distribuição de energia, apresentava no seu discurso a possibilidade de um desenvolvimento que proporcionasse uma melhoria de vida da população local. Contudo, o progresso prometido pelo empreendimento não traria apenas benefícios, uma vez que se compreende que um processo de desapropriação não se dá de uma forma justa, igualitária e livre, ele implica inúmeras perdas e nesse episódio ele também trouxe uma consciência e um movimento de resistência das famílias que foram atingidas.

Para a operacionalização desse artigo, foi realizada uma revisão bibliográfica, onde buscou-se documentos e boletins informativos disponibilizados no site da CEMIG, dissertações e que teses que mostrassem a dualidade dos discursos sobre como ocorreu esse processo, as diferentes estratégias de ação, onde de um lado estava a relevância do empreendimento e do outro as regiões afetadas e a população atingida, gerando inúmeros

conflitos ambientais, a organização social das famílias assentadas e após a construção da UHE Irapé a expropriação e transformação dos modos de vida e trabalho dessas famílias.

Nesse sentido, o presente artigo tem como questões norteadoras “Desenvolvimento e progresso para quem? ”, “Quais foram as estratégias de resistência e reconstrução das famílias atingidas?”, afim de compreender a dualidade dos discursos apresentados, um que propaga o progresso e se apresenta como um projeto preocupado com o meio ambiente e o social, mas ainda assim prioriza o crescimento econômico e outro que mostra a luta e resistência das populações que foram deslocadas e reassentadas em um novo local diferente do antigo território e que tiveram que recomeçar.

2. O DISCURSO DE IMPLANTAÇÃO DA BARRAGEM DE IRAPÉ: Desenvolvimento e Progresso para Quem?

Para Santos (2002) a construção de barragens surge em um contexto onde governos brasileiros defendiam uma ideologia desenvolvimentistas, aliado a uma conjunta internacional onde “o setor elétrico, por exemplo, obtinha todas as vantagens possíveis, já que a energia é o insumo para básico para o desenvolvimento” (SANTOS. 2002, p. 38). Assim, as construções de hidrelétricas no Brasil eram feitas sem preocupações com a destruição ambiental e social.

Conforme Tolmasquim (2005) a energia elétrica de origem hidráulica está entre as mais utilizadas em todo o mundo e atualmente são a segunda maior fonte de geração de energia elétrica, representando cerca de 20% de toda a eletricidade gerada no Planeta.

Contudo, passou-se a compreender que as construções de barragens acarretavam inúmeros agravos ao meio ambiente e ao social, e essa forma de geração de energia passou a ser cada vez mais questionável, crescendo as pressões sociais e em resposta a elas, conforme Santos(2002) promulga-se uma nova constituição, confirma a necessidade de uma nova postura brasileira em busca de um equilíbrio ambiental, foram criadas legislações, como o licenciamento ambiental.

Nesse “novo” contexto, conforme Vieira (2000), é implantado o projeto da Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitscheck – barragem de Irapé na mesorregião do Vale do Jequitinhonha. Inundando uma área de terras de sete municípios. Sendo eles Berilo, Grão Mogol, Leme do Prado, Turmalina, José Gonçalves de Minas, Botumirim e Cristália, Conforme a imagem abaixo:



Figura 2 – Municípios atingidos pela barragem. Fonte: CEMIG (2000).

O empreendimento tem como finalidade, conforme o Vieira (2000), a expansão do sistema nacional de geração e distribuição de energia elétrica e Royalties para os municípios e junto a isso a destruição da flora, da fauna, a sobrecarga nos serviços de saúde e abastecimento básico relacionado à chegada de três mil pessoas para trabalhar nas obras, a expropriação de inúmeras famílias de agricultores, incluindo comunidades descendentes de quilombolas e o reassentamento e indenização.

Durante o processo de negociação e construção da UHE Irapé, houve ações do governo do Estado de Minas Gerais somando à esfera Federal, efetuando assim as primeiras medidas com a finalidade de promover os objetivos do governo e as aplicações necessárias. Em seguida a busca por parceiros que financiassem a obra. Apenas depois de todas as articulações políticas, o caso se torna público e a comunidade local toma conhecimento, podendo fazer muito pouco para impedir sua execução.

Segundo o dossiê do Movimento dos Atingidos por Barragens- MAB (2015), quando uma empresa objetiva construir uma barragem, a priori ela vai em busca de dados, entre eles os estudos do potencial energético, feito pela Eletrobrás na década de 70. E quando se define o local de construção da obra, fazem estudos e levantamentos técnicos, além do levantamento sócio-econômico do local. Porém, estes estudos são feitos ou contratados pela própria empresa interessada na construção da barragem e serão utilizados posteriormente no processo licitatório, na elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto

Ambiental - EIAs/RIMAs, necessários para o licenciamento ambiental de empreendimentos que causarão poluição e degradação ambiental.

Assim, conforme Santos (2002), os EIA/Rimas acabam por fortalecer a construção de barragens, pois “não dão conta da temporalidade e da espacialidade dos processos sociais, culturais, econômicos e políticos, criando um verdadeiro fosso entre o relatado e o que está em curso de transformação” (SANTOS, 2002, p.41)

Ou seja, mesmo nesse “novo” contexto, onde se prega uma preocupação ambiental e social continuam ocorrendo prejuízos e perdas exacerbatentes, uma vez que “Encontra-se uma divisão fundamental, de um lado um projeto, sua importância, o empreendimento, de outro lado a região afetada, carente de recursos, o meio ambiente impactado, a população atingida” (VAINEIR, 1996 apud, SANTOS, 2002, p.41)

E partindo do pressuposto que ainda é parte da nossa sociedade a priorização do crescimento econômico, de uma ideologia desenvolvimentista. Podemos compreender que,

Têm-se, assim, dois protagonistas de uma mesma história: de um lado, a empresa empreendedora, preocupada com a relação custo/benefício de seu plano; de outro lado, a população afetada, preocupada com o seu destino. Dois olhares, duas lógicas, duas maneiras de avaliar os impactos de um grande projeto de investimento e duas estratégias diferenciadas de ação. (SANTOS, 1997, p. 42)

Conforme a CEMIG (2000) o potencial do Vale do Jequitinhonha para instalação de uma hidrelétrica foi identificado e, desde então, o empreendimento passou a ser visto como uma possibilidade de incremento ao desenvolvimento regional. A licença ambiental foi concedida pela Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais – COPAM.

A partir da concessão da licença, várias eram as atividades previstas, dentre elas estavam: a identificação das terras para reassentamento; a retomada dos contatos com as lideranças municipais e com as comunidades afetadas e seus representantes; o detalhamento do projeto de engenharia; a elaboração do Plano de Controle Ambiental – PCA e o salvamento do patrimônio cultural e arqueológico.

Para a CEMIG (2000) o Remanejamento da População visava a indenização monetária, o reassentamento, a relocação da propriedade afetada, a relocação dos povos afetados e a troca por outra terra. Buscando considerar as formas de produção local, a cultura da população, a relação com a vizinhança, contando com participação das lideranças e representantes municipais nas decisões a serem implementadas e a garantia às famílias de condições socioeconômicas no mínimo equivalente às anteriores.

Contudo, vale ressaltar que dentro desse discurso de planejamento participativo qual é a condição dessa participação? Livre, justa, igualitária? Assim,

Em que nível e em condições deverá ocorrer a participação?; Quem deverá participar nos processos efetivos de decisão, aqueles onde se estabelece projetos a serem implantados, as necessidades energéticas a serem atendidas, os custos sociais e ambientais a serem ressarcidos?; A participação dos atingidos ficará confinada aos esforços para mitigar os impactos negativos das obras ou ocorrerá no momento em que se opta por um padrão de produção e distribuição de eletricidade, no qual é possível conceber modelos alternativos ao atualmente vigente? (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 23-24⁵ apud SANTOS, 2002, p. 44)

Podemos então, compreender que a construção da barragem em si já é uma violação legal dos direitos humanos, um deslocamento forçado em prol do desenvolvimento, onde ocorre grandes transformações e violências físicas e materiais, onde não ocorre essa participação justa, livre e igualitária, pelo contrário, as decisões tomadas pela empresa respondem a uma ideologia capitalista, e não ao sujeito, pois se isso ocorresse eles deveriam ter o direito de não serem atingidos.

Conforme a CEMIG (2003) as providências para o reassentamento das famílias atingidas começaram em julho de 2002 onde primeiro teriam que passar por um cadastro socioeconômico, que deve ser superado, uma vez que não dá conta de dizer sobre o sujeito, seus reais desejos, necessidades ou potencialidades. E a partir de então, começa-se um processo de formação de grupos de reassentamento, comprovação de direitos, apresentação das terras selecionadas para a construção de um projeto de reassentamento.

Conforme a CEMIG (2004) nesse processo de reassentamento os cemitérios e covas da área a ser inundada pela barragem foram realocados, assim como também foram feitos projetos para melhoria da segurança e educação, além de hortas coletivas, a possibilidade de aluguel de áreas para pastagem e a realização de cursos de capacitação da população em várias áreas.

Outro momento importante para a CEMIG (2006), foi a realocação da capela do Senhor do Bom Jesus de Peixe Cru, para valorização da cultura, após a empresa entender o valor histórico e cultura a igreja foi desmontada e reerguida no novo povoado. Na reconstrução foram aproveitados: esquadrias, tijolos, adobe telhas e outros materiais. Porém as terras para onde essa igreja foi realocado não são mais férteis e tampouco a água livre, fazendo com que essas terras fiquem esvaziadas e a igreja não tenha o mesmo significado.

⁵ VAINER, L.B.; ARAÚJO. **Nova Ponte/MG**: uma paisagem a ser vivida. Belo Horizonte. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. 1992. (Dissertação Mestrado)

Destaca-se também que em Irapé os impactos ambientais, conforme Vieira(2000) são numerosos, dentre eles a retenção de sedimentos gerados pela atividade mineradora, a perda da qualidade da água, a supressão de 90% da mata atlântica e 64% do cerrado, a destruição de habitats, causando desequilíbrio ecológico e extinção de aves raras e a proposta da CEMIG para minimizar esses impactos é traduzida na construção de uma unidade de conservação.

A CEMIG (2005) afirmava que a energia gerada pela UHE Irapé seria fundamental para o crescimento do Vale do Jequitinhonha “uma energia de sobra para um desenvolvimento seguro e promissor”. Conforme o discurso da empresa um lugar onde há disponibilidade de energia tem muito mais chances de experimentar crescimento que outro que não possui, citando como exemplo o a região do Triângulo Mineiro, ou seja, a construção da barragem romperia com o atraso da região.

Acreditar que o progresso alcança uma pequena parcela oprimida e marginalizada é contraditório em um contexto onde o Estado incentiva a modernização e expansão da produção em massa. Os avanços técnicos científicos, a corrida pelo chamado desenvolvimento, como exemplo as construções de barragens não foram significantes porque não diminuíram a pobreza e desigualdade entre campo e cidade, pelo contrário, excluíram e continuam excluindo comunidades tradicionais e alterando seus modos de reprodução social.

Dessa forma, podemos compreender que por trás de todo o discurso de implantação da UHE Irapé, os discursos de uma política ambiental e responsabilidade social da CEMIG são passíveis de questionamentos. Uma vez que se argumenta que tais investimentos irão gerar novas oportunidades de empregos e melhoria na infraestrutura para a população local. Mas essa é uma perspectiva dos empreendedores que consistem em empresas e no próprio Estado, que procuram apresentar impactos positivos que justifiquem a construção das barragens (FREITAS et. al, 2015).

O que de fato aconteceu está presente nos discursos das famílias atingidas, que durante o processo de construção da UHE Irapé não tiveram uma participação efetiva e que mesmo com estratégias de resistência, a partir da hidrelétrica construída tem seus modos de vida e trabalho transformados e são obrigadas a os reconstruírem em novas terras, que não são férteis com as anteriores e com as quais não se identificam pois não possuem nenhum vínculo afetivo.

3. O DISCURSO DOS ATINGIDOS: As estratégias de resistência e reconstrução das famílias atingidas

Como já visto, embora a empresa apresente inúmeros pontos positivos para implantação de uma Barragem, pontos esses questionáveis, uma vez que sabemos que esse desenvolvimento e progresso só beneficia uma parcela minoritária da população, numerosos são os pontos negativos, dentre eles as transformações acarretadas nos modos de vida e trabalho da população que vivia nas áreas inundadas, pois as famílias atingidas são realocadas para terras que não são férteis como as anteriores e a água passa a ser cercada.

Os rios nesse contexto desenvolvimentista onde a energia é fundamental são considerados geradores de riquezas, por isso se deslembra que os rios são recurso essencial na vida de muitas pessoas. “Águas para vida, não para morte!” Como afirma a frase do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Zucarelli (2006) pontua que a construção da UHE Irapé impõe as famílias atingidas uma mudança compulsória dos modos de vida, pois mesmo as famílias que permanecem vivendo próximo ao rio, passam a ter restrições quanto ao seu uso. As famílias atingidas, conforme o autor, são compostas com comunidades ribeirinhas e tem suas especificidades socioculturais, a identidade marcada pelo local que habitam e às formas de apropriação e usos do território⁶ e de seus recursos.

Conforme Lestingi (2010), os estudos ambientais para implantação da UHE consideram como atingidos apenas as famílias que tiveram as casas submersas, aproximadamente 1.151 famílias foram deslocadas compulsoriamente, porém, entorno de todo empreendimento existiam famílias que dependiam do rio e da terra para subsistência. Essas famílias travaram uma luta com o objetivo de impedir a sua construção e a expropriação territorial.

Zhour e Laschefski (2010), pontuam que os grupos tradicionais persistem na luta pelo reconhecimento dos seus modos de vida e o direito de autonomia, apesar da sustentabilidade das práticas de reprodução material e simbólica de diferentes populações estar ameaçada – cabendo, portanto, a estas populações, a articulação de variadas estratégias de resistência e o protagonismo enquanto agentes de conflitos ambientais. Importante ainda salientar que os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material, estando, geralmente, no cerne dos mesmos, a questão territorial ou espacial, envolvendo as relações entre poder e natureza no terreno.

⁶ Para compreender o território é necessário olhar para o sujeito para buscar entender a realidade do mesmo naquele território. Considerado muito mais que um espaço físico, o território é a ligação entre a sociedade e determinado grupo social e suas relações com o ambiente circundante.

Para Vieira (2000) o conflito social se dá pela vontade política do empreendedor, que se mobiliza para implantação de um projeto que lhe trará benefícios econômicos e a vontade política dos atingidos, uma vez que o empreendimento provoca expropriação de espaço e conseqüentemente mudanças culturais, produtivas e políticas.

Buscamos, então, compreender as estratégias de resistência das famílias atingidas desde o processo de construção da barragem, e após sua implantação procuramos entender as estratégias de reconstrução destas famílias.

3.1. As estratégias de resistência

O movimento dos atingidos pela barragem de Irapé, conforme Vieira(2000) tem seu surgimento ligado ao projeto estadual de desenvolvimento regional Novo Jequitinhonha no final dos anos de 1980, o movimento começou pela população atingida pela hidrelétrica de Santa Rita até os atingidos pelo projeto de Irapé.

Para o autor a mobilização surgiu por iniciativa dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e teve o apoio de diversas entidades e destaca-se, pois, a organização dos atingidos teve início, antes do licenciamento do projeto. Assim, durante todo o processo de construção da UHE Irapé, as famílias atingidas passaram a se organizarem e mobilizarem em prol de evitarem a construção e os deslocamentos.

De acordo com Freitas et. al (2015) os elementos culturais e os aspectos antrópicos são muito importantes na avaliação dos impactos de empreendimentos. Os indicadores sociais demonstram a interferência do homem sobre o meio ambiente e sua necessidade de transformá-lo em seu benefício através de ajustes entre o que a natureza oferece e a satisfação de suas necessidades. Os elementos culturais demonstram como o homem se comporta frente às adversidades do cotidiano, e negligenciar a cultura local durante a avaliação desses empreendimentos significa eliminar a identidade social daquele meio, colocando em risco a organização e reprodução dessa sociedade.

Os atingidos, conforme Zucarelli (2006) expuseram que a elaboração do Plano de Controle Ambiental –PCA ficou restrita aos questionários socioeconômicos. Eles estabeleceram diversas estratégias, dentre elas, ações judiciais na esfera estadual e federal; articulações para agregarem novos parceiros institucionais e publicidade do caso. Porém, mesmo o movimento dos atingidos ganhando visibilidade quanto as suas reivindicações o contexto brasileiro não era favorável, uma vez que o estado defendia o direito da empresa,

alegando que a não construção da barragem iria afetar a distribuição da energia elétrica e acarretar prejuízo ao crescimento econômico da região. Os políticos a região e a imprensa também alegavam a necessidade da construção da hidrelétrica.

Após o licenciamento ambiental concedido para CEMIG as estratégias de resistência dos atingidos passaram a ser a acerca dos descumprimentos do termo de acordo, das pendências e como se dariam os reassentamentos. Lestingi (2010) pontua, que mesmo com um cronograma a ser cumprido, a CEMIG não o respeitou e acabou por atrasar as obras de reassentamento da população.

Conforme Zucarelli (2006), mesmo com o atraso das obras de reassentamento a construção da barragem seguia, e essa diferença causava dúvidas e insegurança a população e sem verificarem qualquer agilidade por meio da CEMIG, os atingidos resolveram realizar uma manifestação ocupando o prédio da empresa em Belo Horizonte-MG, em busca de um compromisso formal. Porém, a CEMIG após dois dias de reunião, não conseguiu estabelecer uma data final para os reassentamentos.

Santos (2016) afirma que os atingidos não acreditavam na instalação da barragem e não queriam mudar de suas terras. Somente com o avanço da construção da barragem, é que percebem que não existia outra maneira, e só assim eles passam a discutirem com a CEMIG o processo de reassentamento. Conforme a autora, a sensação de que nada podia ser feito era presente na fala dos moradores confirmando a importância da obra em detrimento das famílias atingidas, ou seja, da priorização do crescimento econômico.

Restou-se apenas o recomeçar, o reconstruir, em uma nova terra, em um novo lugar.

3.2 Estratégias de reconstrução

A construção da UHE de Irapé no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, impôs às famílias a mudança do território e de seus modos de vida, sendo obrigadas a se adaptarem a um novo ambiente que foi formado e às restrições impostas pela hidrelétrica. A mudança na paisagem local ocorreu de maneira rápida, rompendo a sucessão lenta de paisagens. Como as populações foram expropriadas, os laços sociais e de parentesco foram modificados e rompidos, o patrimônio cultural, material e imaterial foram desfeitos (FREITAS et. al, 2015).

Consoante a Lestingi (2010), o reassentamento ocasionado pelos empreendimentos hidrelétricos deixou na pobreza milhares de pessoas afetadas pelos projetos. Para a autora a

desterritorialização, como inverso da territorialização⁷, é produzida no processo de desapropriação do espaço social, tanto do ponto de vista concreto como simbólico. Seu resultado é a multiplicação dos aglomerados de exclusão.

A perda do território prejudica muitas populações tradicionais que possuem identidade ligada a terra, onde estas não lutam mais com a terra para sobrevivência e sim para criação de lucro, sendo subordinados ao capital que compram a sua força de trabalho. As pessoas atingidas por barragens precisam que muito seja feito para que sejam reconhecidos como cidadãos de direitos e não apenas deveres.

O novo lugar imposto a essas pessoas, conforme Santos (2002) é avassalador, sejam ribeirinhos, camponeses, índios, quilombolas, a terra e a região onde vivem ultrapassam valores a moeda mercantil. Assim,

Migrar não significa apenas mudar de um espaço físico para outro, mas significa a troca de um espaço com sentidos múltiplos: um sentido mais objetivo que permite a valorização e uma quantificação monetária em relação a terra e suas benfeitorias e, uma valorização baseada em representações simbólicas que atribuem valor estimativo a um espaço que foi, também apropriado e construído socialmente. (WARREN, et al, 1990, p. 30⁸ apud SANTOS, 2002, p. 45)

Dessa forma, os deslocamentos compulsórios acarretados pela construção de barragens podem ser entendidos com uma migração definitiva, uma vez que não se tem para onde retornar, e essas terras antes habitadas são inundadas e ficam apenas na memória dos que lá habitaram. As casas, árvores, lugares dão lugar as águas, enquanto deve-se reconstruir os modos de vida e trabalho.

A reconstrução das famílias atingidas pela UHE Irapé encontra grandes problemas, segundo Lestingi (2010) um dos maiores é o acesso à água, já que as chapadas não possuem água de qualidade, e os córregos próximos foram secos devido a monocultura de eucalipto. A terra também é de qualidade inferior, pois não é produtiva. O que acarreta na venda dos lotes da maioria da população e na migração para as cidades próximas em busca de uma melhoria na qualidade de vida e saúde.

⁷ O processo de territorialização se dá quando se une uma dimensão concreta e também uma dimensão simbólica. O controle físico associado a apropriação simbólica do espaço, ou seja, onde se constrói não apenas controle, mas também laços sociais (HAESBAERT, 2011). Sendo assim, o território abrange a porção integradora do aspecto político e econômico e também de apropriação simbólica.

⁸ WARREN, I.S.; REIS, M. J.; BLOMER, N.M. Alto Uruguai: migração forçada e reatualizada da identidade camponesa. **Revista Travessia**. v.2, n.6. São Paulo: CEM (Centro de Estudos Migratórios), 1990.

Lestingi(2010) ao analisar as questões que foram propostas pela CEMIG e o que foi realizado, afirma que fica nítido o não cumprimento de compromissos importantes assumidos pelo empreendedor, gerando uma insatisfação quanto aos novos locais de moradia.

Segundo Santos(2016) após dez anos de mudança os atingidos ainda esperam pelo documento da terra e sentem-se como se não fossem donos dela, além da insegurança crescente a partir de rumores de construção de uma nova barragem no Vale do Jequitinhonha.

A obra que prometia gerar emprego, energia e acesso a água para população, acarretou muitas violações de direito das populações atingidas, violações estas que aumentam cada vez mais, uma vez que muitas famílias ainda não possuem os documentos dos terrenos para os quais foram reassentados e enfrentam problemas na justiça, enquanto esperam o “desenvolvimento” que ainda não chegou e não vai chegar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que a reflexão acerca da construção da UHE Irapé e de como essa alterou o modo de vida das famílias, mesmo com as estratégias de resistência, impondo mudanças nos costumes socioculturais e econômicos estabelecidos por muitas gerações, causando injustiças e desigualdades através da invisibilização e esmagamento cultural das comunidades tradicionais, tem muito a colaborar para o entendimento de que a modernização, mesmo que com um discurso/projeto que vise o desenvolvimento social, cultural, ambiental ainda assim tem priorizado o desenvolvimento econômico.

E em prol desse desenvolvimento ocorre um acirramento das questões socioambientais, da pobreza, da marginalidade, da criminalização de movimentos sociais, famílias são deslocados compulsoriamente, modos de vida e de trabalho transformados, o ambiente modificado, dentre outros agravos, fazendo com que essa busca seja passível de questionamento, desenvolvimento e progresso para quem?

Embora a novas legislações prometam um olhar mais atento para o social e o ambiental assim com o projeto de construção da UHE Irapé, que visa também a geração de empregos e crescimento econômico do Vale do Jequitinhonha, a empresa violou e vem violando os direitos dos atingidos, que viviam e sobreviviam das áreas agora inundadas e que ainda hoje continuam a esperar pelas promessas que lhes foram feitas.

Faz-se necessário então a busca por a construção de um novo modelo de desenvolvimento, incluindo um novo modelo energético. Inúmeras são questões para serem

refletidas e debatidas visando a insustentabilidade da construção de barragens nos dias atuais, devem se investir em pesquisas, uma busca por aperfeiçoamento das legislações e na luta para um desenvolvimento que não priorize o crescimento econômico, visando também um desenvolvimento social e ambiental e uma sociedade que maximize a igualdade e a equidade e que alargue o controle dos homens sobre sua própria vida.

6. REFERÊNCIAS

CEMIG. Companhia Energética do Estado de Minas Gerais. **Boletim Informativo**. 2000. Disponível em <https://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Informativos%20Irap/Informativo_Usina_Irap%C3%A9_BOLETIM%20INFORMATIVO_NOVEMBRO2000.pdf> Acesso em 02 de Agosto de 2016.

_____. Companhia Energética do Estado de Minas Gerais. **Boletim Informativo**: número 02. 2003. Disponível em <https://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Informativos%20Irap/Informativo_Usina_Irap%C3%A9_ANO1_N%C2%BA3_JULHO2003.pdf> Acesso em 02 de Agosto de 2016.

_____. **Boletim Informativo**: número 01 ano 02. 2004. Disponível em <https://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Informativos%20Irap/Informativo_Usina_Irap%C3%A9_ANO2_N%C2%BA1_JANEIRO2004.pdf> Acesso em 02 de Agosto de 2016.

_____. **Boletim Informativo**: número 01 ano 03. 2005. Disponível em <https://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Informativos%20Irap/Informativo_Usina_Irap%C3%A9_ANO3_N%C2%BA1_JANEIRO2005.pdf> Acesso em 02 de Agosto de 2016.

_____. **Boletim Informativo**: número 05 anos 04. 2006. Disponível em <https://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Informativos%20Irap/Informativo_Usina_Irap%C3%A9_ANO4_N%C2%BA5_SETEMBRO_NOVEMBRO2006.pdf> Acesso em 02 de Agosto de 2016.

FREITAS, G.; ROMARCO, M.; SOUSA, D. (2015). **Transformações ocorridas na vida de atingidos pela barragem de Irapé: o caso do Quilombo de Porto Corís**. *Mundo Agrario*, 16(33). Disponível em: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a08>.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792.

LESTINGI, Marcela Dadauto. **A inserção dos custos sociais nos empreendimentos hidrelétricos**: estudo de caso UHE de Irapé, MG. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Energia) – EP / FEA / IEE / IF da Universidade de São Paulo.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Ditadura contra as Populações Atingidas por Barragens aumenta a pobreza do Povo Brasileiro**. Disponível em www.riosvivos.org.br/arquivos/571179614.doc. 2015

SANTOS, Renata Cristina. **ENTRE “TERRITÓRIOS”**: uma análise cultural e política de uma comunidade atingida pela Hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha-MG. Dissertação de mestrado. Diamantina: UFJM, 2016.

SANTOS, Vera Lúcia dos. Impactos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos. In: **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, v. 12, n.19, p. 35-48. 2002

TOLMASQUIM, M. T. (Coordenador) (2005). **Geração de Energia Elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro – Interciência – CENERGIA.

VIEIRA, Ubiratan Garcia. **Limites do poder comunicativo e da argumentação técnica no licenciamento ambiental de hidrelétricas em Minas Gerais**. Dissertação de mestrado. Viçosa: UFV, 2000.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental das hidrelétricas**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2006.